

Pauta: Gestão de vagas na educação infantil

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): (10h20min) Bom dia, vamos dar início à reunião Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR. Gostaria de convidar para compor a mesa: Dra. Juliana Bento Cucchiarelli, da PGM; secretário José Paulo da Rosa, da Secretaria Municipal de Educação; Dra. Luciana Moraes Dias, representando o Ministério Público; também convido os representantes do Sinnedin Rede Ciranda. Temos também a presença do Ver. Jonas Reis, representante da CECE, comissão que foi convidada para esta reunião também, que a Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude, do município de Porto Alegre. Não contamos com a presença do Ver. João Bosco Vaz, pois está em licença devido a uma situação de saúde.

Para dar início, então, à reunião da Comissão de Finanças, eu trago aqui um tema muito importante, que é sobre as vagas judicializadas no município de Porto Alegre. Hoje, de acordo com os últimos números, nós temos 1,7 mil crianças com vagas judicializadas no município de Porto Alegre, que são as crianças da rede pública que estão lotadas em escolas privadas. Essa organização se dá via um despacho de um juiz ou no acordo que nós temos com a Defensoria. Hoje nós temos aqui também representantes das escolas privadas, que recebem essas nossas crianças. A demanda que veio para a Comissão de Finanças se deve ao município de Porto Alegre, que está – depois de a criança ser encaminhada a uma escola, estar se adaptando e iniciando o ano letivo – convidando a criança a mudar de escola, devido a uma ação da PGM junto ao Ministério Público e, depois, ao juiz. Então, nós gostaríamos, primeiro, para abrir o debate, passar a palavra ao secretário municipal para contextualizar um pouco mais do que ocorre nesse sentido. Depois, nós passamos ao Ministério Público e à PGM, e a contribuição também das escolas que aqui estão presente na nossa plateia.

SR. JOSÉ PAULO DA ROSA: Muito obrigado, Ver.^a Mari Pimentel, Ver. Roberto Robaina, Ver.^a Biga Pereira, Ver. Jonas Reis e Ver. Airto Ferronato, é um prazer

estar aqui com vocês na comissão, também os demais componentes da mesa e aqueles que estão nos acompanhando. Agradeço o convite para estar aqui. Eu acho que a questão da educação infantil realmente é um tema relevante, e talvez seja uma das etapas mais importante desse processo de educação continuada das nossas crianças. Se iniciar bem ali na educação infantil, as perspectivas de que tenhamos um ensino fundamental e médio com mais sucesso é muito maior. Nós temos esta situação hoje: a Prefeitura de Porto Alegre atende, de diferentes formas, cerca de 30 mil crianças, um número aproximado aí, em torno de 30 mil crianças, seja em escolas próprias, do Município, em escolas parcerizadas do Município, e nessas escolas que são credenciadas também ou escolas privadas, que, através da judicialização, também compramos a vaga. Nós estamos num processo de ampliação das escolas próprias, estamos em negociação neste semestre e temos a expectativa de que, a partir do próximo ano, a gente tenha mais escolas e mais vagas próprias para atender essa demanda que nós temos aí, além das 30 mil que nós já atendemos, mas precisaremos contar com as escolas privadas para dar suporte a toda a essa demanda. Nós temos uma boa relação, e eu tenho uma boa relação com a rede privada, com os sindicatos que representam as escolas, já tivemos algumas reuniões e já temos uma nova reunião agendada. Certamente, em conjunto, nós vamos encontrar as soluções. Eu fico bem tranquilo, no sentido de que eventuais problemas que tenhamos, a gente vai buscar essas soluções. Eu acredito que parte dessa judicialização que acontece, cujos pais buscam três orçamentos e levam a criança até a escola que tem o menor orçamento, é algo que não tem muito a ação da Secretaria Municipal de Educação. Essa mudança que há não é uma mudança que decorre da ação da Secretaria Municipal; às vezes, a família busca uma vaga de 4 horas e depois busca uma vaga de 8 horas, uma vaga integral, e aí busca um novo orçamento, mas é ação da família ou ação da Defensoria, ou ação do Ministério Público e não obrigatoriamente ação da Secretaria Municipal de Educação. Quer dizer, nós não interferimos nesse processo. Todavia, me coloco aqui à disposição para ouvir, sentar e buscar a solução, porque acredito que todos nós

queremos é atender essa demanda das crianças em educação infantil e fico à disposição de vocês. Muito obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada. A Juliana Cucchiarelli, representante da Procuradoria, está com a palavra.

SRA. JULIANA BENTO CUCCHIARELLI: Bom dia a todos. Com relação à demanda de vagas, a Procuradoria tem tido uma atuação permanente, tanto junto aos órgãos, Ministério Público e Defensoria, e junto às entidades também, em função, como é do conhecimento de todos, do aumento de demanda decorrente de um período pós-pandêmico, onde os serviços, de uma forma geral, e com a educação não foi diferente, muitos pais tiveram a falta de opção, tiveram que tirar os seus filhos das escolas. Então a demanda, realmente, ela veio, e, de uma certa forma, eu acho que a judicialização veio como uma alternativa às famílias que buscam esses espaços como direito. Enquanto Procuradoria, nós temos a forma de atuar sempre tentando acordos, mediações, para a melhoria do serviço público, que é nosso objetivo enquanto representantes, para dar legalidade aos atos do gestor. E, nesse sentido, nós, então, firmamos um acordo – é verdade – com a Defensoria Pública, falando propriamente, justamente buscando minimizar o número de judicializações, em função dos custos que isso também representa, não só para as famílias, mas para o poder público; os processos têm um custo ao poder público. Então, esse processo, especificamente junto à Defensoria Pública, vimos fazendo uma série de aditivos com o aumento, nós estamos, sim, ampliando – e bastante – o número de vagas, sejam judiciais, sejam via acordo com a Defensoria Pública, ou pelo próprio secretário, que agora está fazendo um trabalho inclusive de conversa com as entidades privadas para verificar uma forma de conseguir ampliar esse número de vagas sem precisar passar por qualquer processo mais burocrático. No entanto, a gente sabe que envolve uma série de questões, de própria documentação das entidades, enfim. Então, essas vagas judicializadas têm tido um encaminhamento como sempre foi feito, quando vêm os três orçamentos –

nós temos alguns pedidos, eventualmente, de troca de meio turno para turno integral, que algumas vezes, no menor orçamento, gera alguma mudança – e nós, como operadores da questão do direito, em especial nesses processos judiciais, a gente tem a obrigação de dar prioridade à vaga pública; em não sendo possível, a gente faz, então, a mediação para tentar a vaga custeada pelo Município, ou via judicialização, ou via acordo. Então, estamos no terceiro aditivo, uma ampliação significativa nos últimos dois anos, considerando o histórico da última década, eu poderia dizer. E a ideia, sim, é que a gente amplie ainda mais, e, é claro que todo o aumento de demanda requer um aumento de organização, então a gente está num crescente. A Defensoria tem sido nossa parceira nesse sentido, nos cobrando também, é verdade, a operacionalização, porque a gente sabe que a demanda é infundável em algumas áreas, e saúde e educação acho que não fogem disso, e por essa razão a gente tem buscado, então, através dessas intermediações, evitar a judicialização, buscar a viabilização do serviço público de uma maneira mais tranquila para as famílias e também para quem vai prestar o serviço. Porque, quando a gente faz a prestação de serviço através de entidades privadas, a gente também tem uma série de exigências que, além de solicitar a vaga, a gente também precisa cumprir. Então existe uma permanente atuação aí da Procuradoria e da Secretaria nessas demandas pontuais.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): *Ok.* Eu, antes de passar para o Ministério Público, até vou contextualizar um pouquinho mais, já que eu ouço muito as escolas, nós temos escola que está aqui até na plateia que passou já pela lei da aprovação da compra de vagas pela iniciativa privada, que já está cadastrada, que poderia estar operando 40 vagas com o município de Porto Alegre, quase 50, e tem 20 vagas judicializadas. E há crianças que estão saindo dessa vaga judicializada, dessa escola por exemplo, onde nenhuma criança ainda foi mandada pelo processo de compra de vagas, está saindo, com três meses que entrou na escola, para ir para uma outra escola que não tem o credenciamento na Secretaria Municipal de Educação, devido a um orçamento

mais barato. Essa é a realidade, eu acho que a gente tem essa dificuldade, e até eu trago aqui para o Ministério Público porque a realidade é que hoje falamos aqui, mas a gente está falando de crianças, nós estamos falando de pessoas, nós estamos falando de famílias, a gente está falando que, para uma criança que entrou numa escola, sair, depois de três meses, uma criança de dois, três anos de idade, é uma readaptação. Acho que não conseguimos trazer a realidade e a importância desse momento que é conseguir uma vaga na educação infantil, fazer a adaptação do seu filho e mantê-lo pelo menos um ano letivo na escola na qual o Município firmou essa parceria. E a gente sabe que o Município tem os recursos necessários para conseguir inserir essa criança na educação infantil também privada e não está se utilizando da maneira ágil necessária, porque eu espero que algum dia utilize, porque nós votamos aqui e todos os vereadores que estão aqui votaram a compra de vagas na escola privada, independentemente do partido político. E o que a gente vê é que hoje as crianças não foram ainda encaminhadas para essas vagas em escolas credenciadas, certificadas pelo município de Porto Alegre, e elas estão sendo encaminhadas, de maneira judicial, para escolas que não têm os certificados para atuarem corretamente no município de Porto Alegre. Então, é sobre cada uma dessas crianças que eu acho que a gente tem que começar a debater aqui, e por isso que nós trouxemos para essa Comissão de Finanças. Trouxemos muitas escolas aqui para darem um pouco do seu parecer do que acontece, porque a mediação, no nosso entendimento, não está levando em conta a criança, tanto que a gente não tem crianças permanecendo o ano letivo nas escolas. Então, acho que a gente tem que começar a trabalhar também nessa perspectiva e depois eu até passo de novo para a promotora. Agora eu passo para o Ministério Público para entender um pouco mais e até contextualizá-la do que acontece na prática no Município.

SRA. LUCIANA MORAES DIAS: Bom dia a todos, primeiramente quero dizer que eu comecei agora na Promotoria de Educação, faz três meses, estou recém chegando, tomando conhecimento dos fatos. Essa questão da transferência, a

gente tomou conhecimento semana passada ali na Promotoria, e aí a gente vai verificar essa situação da transferência no meio, porque, na verdade, a denúncia vem no sentido de que seria para uma escola que não seria regular, digamos assim, mas isso é uma coisa que a gente tenta estar trabalhando bastante. A gente tem uma reunião amanhã eu acho que é sobre a questão desses credenciamentos das escolas, porque a maioria delas não tem... (Problemas técnicos no som.) ...ao Conselho Municipal de Educação. E essa questão da transferência nos processos é com outro colega que atua, eu não posso... (Problemas técnicos no som.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Eu gostaria de passar a palavra também para a manifestação das escolas também, até trazendo um pouquinho mais da sua abordagem.

SRA. VANESSA LOBO REIS: Bom dia, hoje eu represento aqui o Sindicato Intermunicipal dos Estabelecimentos de Educação Infantil do Estado do Rio Grande do Sul – Sindeedin, e a fala que nós temos hoje, secretário, é uma fala de um pedido de desburocratização e humanização desse processo. Como falou muito bem a vereadora, nós já temos... hoje a gente fala aqui de escolas que são credenciadas, que estão aptas a receberem essas crianças. Então, não estamos falando assim que ainda precisamos, temos escolas a credenciar sim, mas nós temos várias escolas já credenciadas em condições aptas para o edital, aptas a seguirem qualquer exigência feita para receberem essas crianças fora do meio judicial, sem necessidade de judicializar as vagas. Nós fazemos esse pedido: que tire essa quantidade de burocracia. Eu trago aqui a fala de algumas diretoras que nem ao menos conseguem que seja uma ligação atendida no setor responsável pela compra de vagas, elas não têm *e-mails* respondidos. Então, é uma burocracia; fora o edital que já tem as exigências que nós consideramos necessárias, não tiramos nenhuma delas, e as colegas que estão aí todas atendem às exigências, mas a questão burocrática, o tempo que se está demorando para que isso se torne prático já, que já foi votado, só precisa então

de uma ação, de uma operação, esse é o nosso pedido. E a questão da humanização, de lembrar de olhar para esse processo também do ponto de vista das crianças; isso é caro para nós, isso é algo que é o motivo do nosso trabalho, nós trabalhamos com educação infantil porque amamos a infância. E, se esse olhar for deixado de fora do processo, se a gente tratar apenas como um número, como um pedido, como um processo, a gente esquece da pessoa que é o ponto central do processo que é essa criança. Então, o nosso pedido representando as colegas da cidade, as escolas, é um pedido de menos burocracia, de a gente conseguir acelerar, porque tem vaga disponível, criança precisando de escola. Eu considero algo que deveria ser simples de resolver, já temos até a lei aprovada.

Então, esse pedido de menos burocracia e de todas as partes que forem se envolver com isso ter um olhar, lembrando que a criança é o ponto central, um olhar humanizado para a criança. É descabido, e aí como educadora na área da infância, a gente que lida com uma adaptação, a gente sabe o quanto é custoso, o quanto é difícil para a criança, o quanto é difícil para a família passar por um período de adaptação.

Uma criança, nessa faixa etária de um ano e meio, dois anos, a gente lida com fobia da separação, a criança se desespera, a mãe não existe quando não está diante dos olhos dela. É uma criança que chora, é uma criança que demanda, é uma criança que vai demorar para criar o vínculo com aquele espaço, com aqueles profissionais.

A gente precisa conquistar o direito de fazer parte da formação desse indivíduo, e, aí, passou aquele tempo. Às vezes, uma adaptação demora o tempo que a criança fica na escola. E recebemos por “n” motivos esse pedido de que essa criança seja transferida para um outro ambiente e começa tudo de novo.

E essas marcas? Quem vai se responsabilizar por isso? Então, para não me estender muito, o pedido é: menos burocracia e um olhar humanizado para as nossas crianças. Obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada, Carina fica à vontade.

SRA. CARINA BECKER KÖCHE: Bom dia a todos, Mesa, não vou nominar, mas, enfim. Bom dia, plateia, que eu acho que são os mais interessados aqui em todo esse contexto. Eu vou tentar fazer uma linha do tempo rápida para tentar contemplar todo mundo e acho que fica mais fácil de a gente buscar melhor alternativa. Secretário, me corrija, o prefeito está no terceiro ano de mandato, certo? Então, ele assumiu faz três anos. A gente sabe que na secretaria aconteceram várias mudanças por “n” razões, aí a vereadora para nominar várias situações, enfim. E a gente sabe que cada mudança é um recomeço. Todo esse processo que a colega acabou de comentar de desburocratizar, de agilizar, de intermediar para cada secretário que chega é um recomeço. É montar uma equipe, é entender as demandas, é ver para que lado vai – mesmo tendo a Promotoria, mesmo tendo a Defensoria, e assim por diante.

O que eu quero trazer com isso? Hoje, representando a Rede Ciranda, nós somos em oito escolas em Porto Alegre. Nós atendemos mais de 1.000 crianças, eu também tenho uma escola de educação infantil no bairro Moinhos. O que a gente vê? Que o fato, é muito fácil pegar, alugar uma casa, botar uma plaquinha lá “escola” e começar a atender. E a família, que está chegando para conhecer, não sabe se é uma escola credenciada, se é uma escola cadastrada, se é uma escola conveniada à Prefeitura, enfim. Qual é o objetivo maior de todo mundo? Atender essa criança. Um tempo atrás, pós-pandemia, eu tive acesso – e isso também não é segredo – nós tínhamos mais de 6.000 vagas de crianças em fila de espera, e aí não vamos entrar no mérito se está em vulnerabilidade ou não está, mas a gente tinha esse número de 6.000 crianças em espera, falando de educação infantil. O que eu vejo do Município? Uma preocupação muito grande com as escolas do sistema, uma preocupação muito grande com as escolas conveniadas, no sentido de atenção, de coordenação, de instrução, de pagamento, enfim, e a escola privada, exclusiva, ela é a última da fila. Quando, na verdade, no meu entendimento, ela deveria ser tida como parceira, porque o objetivo, o fim da Prefeitura, do sistema, não é simplesmente a educação, e sim organizar toda a casa como Município.

A educação é um dos pilares dentro da administração – me corrija se eu estiver errada –, e, quando tu tens mais de 500 escolas, e aí me ajudem com os números que eu posso estar desatualizada, 500 escolas privadas na cidade de Porto Alegre, onde, no máximo, 200 são credenciadas, a gente está falando, sim, de burocratização para credenciar essas escolas, para justamente, quando o Ministério Público autorizar, através dos orçamentos, credenciar para uma escola credenciada. Essa escola credenciada tem que ter toda a documentação, ela tem que ter o alvará, ela tem que ter o Projeto Político-Pedagógico aprovado, ela tem que ter os professores contratados, ela tem que ter todas as negativas dos impostos pós-pandemia.

Escola de educação infantil privada é uma empresa como qualquer outra, gente. Eu não sei de onde tiram que escola, a sensação que dá é de que a diretora tem que ser Madre de Calcutá, e que não pode ter lucro, e que não pode ter direito a férias, e que não pode trocar um carro, e que não pode investir na própria empresa. Escola de educação infantil é como uma empresa, e, quando a gente vê o Município fazendo todo um movimento de orla, de turismo, de restaurante, de trazer à cidade a questão do churrasco, a capital do churrasco, os empreendimentos que são feitos, abrir uma empresa em tantos minutos. Por que a escola para ser credenciada leva 10, 15, 20 anos? Por que essa burocratização? E eu entendo que a figura do secretário aqui é difícil, porque faz pouco tempo que ele entrou, está no terceiro ciclo dentro da mesma gestão, e a gente reza que continue, para que essa fala seja a primeira, e que a gente tenha respostas em relação a isso, nesse sentido. Então, o que que acaba acontecendo? Tu tens toda uma burocratização, aí quando tu consegues efetivamente credenciar a tua escola junto ao conselho municipal, aí vem a pandemia, tu fechas, tu abres, aquela situação toda. Tu constróis dívidas para pagar essa conta toda, aí abre-se o edital de compra de vagas na privada, que não deixa de ser um fôlego para essas próprias instituições privadas. E aí quando a gente chega numa situação dessas, o que que acontece? É a conta gotas, tu ofereceres um contrato de 40 vagas e dizerem que só vão te pagar 20. As vagas judicializadas, ser feito leilão entre as escolas, e a diretora que fez

leilão me desculpa, mas esse é o termo, e aí ver uma determinação e aí, eu não sou advogada, me corrijam os termos, porque eu sei que a função da promotoria é encaminhar, a promotoria ou a defensoria, me ajudem, encaminhar a vaga com o orçamento mais em conta, mas que esse critério de credenciado com toda a documentação, isso teria que ser primordial. Segunda situação, e o critério humano de dizer: essa criança vai terminar o ano letivo nessa escola. Porque o que que acontece? Eu entendo que o Município tem as vagas públicas do sistema ou das conveniadas, que agora eu acho que são OSCs, me desculpa o termo, e aí o que que acontece? Aí abre uma vaga lá, aí eles vão lá, tiram a criança da privada e colocam nessa outra escola, e aí toda essa questão de vínculo e adaptação vai por terra. Sendo que a vaga, a lista de espera está em 6 mil, continua, então quer dizer assim, se essa fosse a única criança que estivesse numa privada, e que abriu uma vaga na pública, e que repassasse, eu entenderia. Agora, se tem mais crianças na fila, por que não pegar essas crianças da fila e colocar nessa vaga que abriu, e deixar terminar o ano letivo? Uma outra situação bem importante: dentro do sistema hoje da rede pública do Município, a gente tem professores contratados, 8 horas, que o Município paga. Ok, são professores concursados. Dentro das conveniadas, a gente sabe que os professores são contratados como técnico em desenvolvimento infantil, e a Prefeitura paga um valor "x" de mensalidade para elas. E aí quando vem a privada e a Câmara aprova o edital dizendo que o valor "x" de vaga, que enquanto privadas nós não fomos consultadas a respeito dessa planilha de cálculo para ter um professor 8 horas por dia, para atender aquela criança. Porque, só para vocês terem uma ideia, a lei do berçário diz que a cada 5 bebês, um profissional. A compra de vagas, o valor da vaga é R\$ 1,1 mil, então faz a conta aí, dá R\$ 5 mil a R\$ 6 mil, arredondando. Um professor de 8 horas, o base do base do base é R\$ 3 mil líquido para ela, tu fazes conta do dobro, porque tu tens férias, tu tens 13º, tu tens os impostos... Então, só com cinco crianças já pagou o salário do professor. De onde é que a escola vai tirar alimentação, de onde é que a escola vai tirar o auxiliar. Essa professora tem que fazer o intervalo, tem que entrar antes, tem que entrar depois. E aí, o que que a gente vê? O direito

da criança, porque se essa criança está numa escola pública regida pelo sistema estadual, isto é, aquelas escolas que têm educação infantil, ensino básico e ensino médio, essa criança não precisa ter professor o dia todo, ela tem um turno de professor, e no outro turno ela atende a recreação. E aí eu pergunto: por que no município de Porto Alegre tem essa exigência para as privadas, para as do Município; e das conveniadas, fecha-se os olhos e eu não estou falando mal das conveniadas, eu estou defendendo, está todo mundo no mesmo barco, só que é um passivo que as conveniadas têm, porque estão contratando professores formados em pedagogia, formados em magistério, encaminhando o quadro para a Secretaria Municipal de Educação, e essas profissionais estão sendo contratadas como técnico de desenvolvimento infantil. Isso é um passivo trabalhista que a conveniada está tendo, e aí no custo é R\$ 700 e pouco, que estão pagando para as conveniadas. E se a gente for fazer uma outra conta que a Prefeitura deve ter, sim. Quanto é o custo de uma criança em uma escola municipal? Mais de R\$ 3 mil. A gente sabe desses números, que um custo de uma criança numa escola municipal é R\$ 3 mil, e aí, para privada é R\$ 1,1 mil, para a conveniada é R\$ 700 e pouco e tem uma legislação que diz que tu tens que ter professor o ano inteiro. Só para fechar a minha pauta aqui, enquanto escola privada, com as vagas judicializadas, nós estamos recebendo... Karina, me corrija, são dois anos sem aumento?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CARINA BECKER KÖCHE: Desde 2022 sem o reajuste. Então, aquelas vagas que estão judicializadas, que encaminharam os orçamentos, e que daí chega no final do ano é renovado e tal, não tem reajuste. Então, todo aquele orçamento que a gente encaminhou desde 2021, 2022, não existe o reajuste. E aí, para o meu aluno privado, virou o ano eu já dei o reajuste, porque os professores têm reajuste, porque a alimentação subiu.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CARINA BECKER KÖCHE: Sim, e a gente questiona sobre os reajustes e não vem essa resposta; não vem a resposta e não vem o financeiro. E aí eu entendo tudo isso que a gente está falando, que é humanamente impossível e difícil para um secretário que está chegando agora, dar conta de todas essas demandas, mas que bom que foi organizada essa reunião para gente falar com educação, para a gente falar com carinho, para priorizar a criança, porque de tudo isso que eu acabei falando, falei de turno, falei de professor, falei de percentual de reajuste, falei das vagas, falei da situação das escolas... Quantas escolas fecharam depois da pandemia? E se hoje essas 500 escolas em Porto Alegre resolvessem fechar? O Município ia dar conta? A gente tem um setor para atender à escola privada, dentro da Prefeitura? A gente não tem uma pessoa para dizer: “Fulano, olha só, está acontecendo isso, o que a gente faz; o documento, o alvará de não sei quem não está andando.”? A gente não tem esse braço. E aqui não é um apontar dedo, é mostrar e saber que o prefeito, nesse sentido, tem esse olhar para o empresário, para a empresária, para facilitar isso, porque quanto mais escolas a gente tiver em Porto Alegre, menos crianças vão estar nas ruas, mais educação, mais... Um exemplo: “Ah, vamos fazer um restaurante para atender ao turismo.” Onde é que o filho da cozinheira vai ficar? Onde é que o filho do atendente do *shopping* vai ficar? Ele precisa de escola. Por mais que tenha toda uma rede de apoio, ele precisa de escola, e aí as escolas do Município não dão conta, porque estão lotadas, as conveniadas também não dão conta porque estão lotadas, e as privadas, que seriam uma fonte de renda pós-pandemia, por tudo que nós vivemos e por idealismo, por criança, enfim, não precisa estar nominando tudo dessa forma, a gente não tem. Então acho que o que fica aqui... Desculpa se a minha fala foi um pouco longa, mas tentar resgatar tudo que veio de antes da pandemia, entender o lado da Prefeitura, agradecer pelo convite dos vereadores nesse sentido e tentar reportar... Gurias, me desculpem se eu não contemplei algum assunto, eu tenho o maior respeito pelo pessoal da conveniada, e a gente está junto nesse sentido, porque está todo mundo no mesmo barco. Então, eu sei que às vezes a conveniada diz: “Ah, lá vem a privada”. Não, a gente está junto, porque o

principal é a criança. E que bom que todos os olhares estão aqui para gente tentar refletir e ver de melhor forma. Eu me coloco à disposição, secretário, se quiser montar uma força-tarefa, se quiser montar uma equipe, alguma coisa assim, nesse sentido, porque todo mundo ganha, e aí a coisa efetivamente vai para frente.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (PSOL): Muito obrigada. Só para deixar registrado, já foi feita uma reunião com o prefeito, com o vice-prefeito, com as entidades, no final do ano passado, o secretário ainda não estava presente, a doutora estava, e foi feito um compromisso, até público, do prefeito do vice-prefeito, e a Defensoria eu acho que estava presente também, de não tirar uma criança de uma escola no meio do ano letivo. Então, esse compromisso tinha sido firmado, a gente está reforçando na audiência de hoje um compromisso verbal que não foi dado continuidade. Eu vou abrir para perguntas e depois a gente passa para a procuradora, só para a gente responder todos de uma vez só. Se alguém tiver alguma pergunta.

SRA. KARINA MACHADO CARDOSO: Oi, gente, bom dia. Primeiramente, obrigada pelo convite, mas eu gostaria de reforçar e perguntar se existe uma ideia de quando vai vir esse reajuste de 2023; de 2022 para 2023. Eu sou diretora de uma escola privada, e quando nós buscamos a SMED, a SMED diz que a dificuldade é da PGM. Então, como hoje estamos todos aqui, acho que é o melhor momento...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. KARINA MACHADO CARDOSO: Construir, mas eu acredito que nenhuma escola privada tenha recebido o reajuste no ano de 2023, das vagas judicializadas.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Exatamente; até se tu puderes contextualizar, Karina, tu chegasses a ter crianças que saíram de uma vaga

judicializada para outra escola, e no mesmo mês veio uma nova criança judicializada para tua escola?

SRA. KARINA MACHADO CARDOSO: Isso; é o que eu sempre digo, parece, desculpem a palavra, mas parece até uma coisa meio burra, por quê. Porque temos uma lista de espera de, sei lá, 6 mil crianças; aí eu tenho lá as minhas compras; de um dia para o outro surge uma vaga numa escola pública; aí essa criança é retirada da minha instituição e vai para uma vaga pública, para que, na outra semana, uma outra criança seja encaminhada para esta mesma vaga. Então, é um retrabalho, fora a questão de vínculo, de adaptação, de tudo que a gente já falou aqui. E também nós temos crianças sendo encaminhadas para as escolas privadas, com um valor de orçamento menor. Aí eu queria entender quais são os critérios analisados para isso? E quem faz esse encaminhamento é a SMED, é a PGM, para que a gente consiga entender melhor como funciona.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E até aqui a presença do Ministério Público reforça, porque, quando, no ato da decisão do juiz, tem o parecer do Ministério Público mantendo a forma da questão financeira. Aqui acho importante ressaltar que a Karina, por exemplo, tem uma escola que cumpre a Resolução nº 015, é uma escola que está com todas as certidões, isso faz ela ter um custo acima de algumas escolas que estão enviando os orçamentos e que no parecer da própria PGM e no despacho do juiz estão ganhando essa vaga; então, por isso que hoje reforçar, por isso que trouxemos o Ministério Público, que, ao defender a questão econômica da vaga, que tem uma vaga mais barata, não estão sendo reforçados alguns critérios que são primordiais, o cumprimento da Resolução nº 015, todos os alvarás e certificados para essa escola que está o dando o orçamento mais barato. Então, por isso também trouxemos aqui o Ministério Público, que é quem tem atuado, sempre defendendo a questão econômica. A gente gostaria de reforçar que muitas vezes a questão econômica está passando em cima de certificados e regras da educação do município de Porto Alegre.

SRA. KARINA MACHADO CARDOSO: Complementando, Mari, o que a Carina já falou, nós, da rede privada, não fomos chamados em momento algum para esse valor de edital; aí a Carina acho que falou muito bem com relação aos custos das nossas empresas e das nossas escolas, e para que isso se mantenha. É importante ressaltar aqui que o piso salarial que nós pagamos para os nossos professores não é o mesmo que a rede conveniada paga, porque o que a SMED nos transmite é que esse valor do edital, foi feito um cálculo em cima da realidade das escolas conveniadas, que hoje estão recebendo em torno de R\$ 700,00 e fazendo milagre, porque realmente é um milagre. E nós, da rede privada, temos uma legislação que não nos permite chegar nesses valores hoje. E falando ainda de edital, eu ofereci 40 vagas; enviaram um contrato de mais ou menos 22 crianças, já ali discriminado, tantas de berçário, tantas disso, tantas daquilo, e até hoje me enviaram quatro crianças. Só que eu contratei professores, eu aumentei as salas, eu fiz reformas. Isso tudo tem custo. Aí talvez é porque a minha escola não tenha demanda. Mas eu tenho outras diretoras aqui, de outros bairros, que estão na mesma situação. Então, algo não está funcionando bem dentro da SMED, ou, não sei se aqui é a Defensoria, se é via PGM, não sei, mas a gente que está na ponta... É na nossa porta que a família bate. Então, acho que a gente precisa ser ouvido, a gente merece, principalmente pelas crianças.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada.

SRA. SUSANA FOGLIATTO: Bom dia, bom dia a todos; peço desculpas que não posso me levantar, bom dia aos vereadores; sou representante da rede Ciranda também. Na verdade, eu queria dar era uma sugestão só. Eu escuto há bastante tempo essa questão de que as crianças às vezes estão numa escola da rede privada, numa vaga judicializada, e quando se percebe essa criança foi encaminhada para uma escola da rede pública. Eu estava aqui conversando com a Karina Cardoso, me dei conta de uma coisa: a SMED, que tem essa relação das crianças que estão procurando vagas no Município, sabe que esta criança

está numa outra escola da rede privada? Será que não haveria uma forma de, de repente, interligar essas informações, e a diretora da escola da rede privada, quando recebe uma criança judicializada, comunicar isso para a SMED? Para que a SMED saiba que essa criança... Vocês entendem? Porque, no meu ponto de vista, essa criança não saiu da fila da SMED. Existe essa conversa?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. SUSANA FOGLIATTO: Agora, sim; porque antes eu acho que não existia essa conversa, antes a SMED não ficava sabendo que essa criança já estava numa vaga judicializada.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. SUSANA FOGLIATTO: Não, mas olha só... Não, Carina, olha só, se uma mãe vai à minha escola, vai a outra, a outra e entra com uma ação no Ministério Público pedindo uma vaga, e eu recebo essa criança, a SMED fica sabendo que é para tirar da fila, mas por que ela continua na fila da SMED? É isso que tem que tirar. Ela continua, senão ela não seria encaminhada para uma escola municipal.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. SUSANA FOGLIATTO: Não. Mesmo que ela já esteja numa escola?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. SUSANA FOGLIATTO: Sim, eu entendo isso, mas só que aí essa criança acaba ocupando uma vaga que poderia ser de outra, nesse sentido. Eu pensei que, se essa criança fosse para a rede privada, ela momentaneamente sairia da

fila da rede pública, já que a rede pública tem muita demanda, e se chamaria outra criança então para aquela vaga da rede pública.

SRA. JULIANA BENTO CUCCHIARELLI: É que a determinação judicial é personalíssima, foi a criança que entrou com a ação judicial. Então, só aproveitando, a priorização é vaga pública, isso é inquestionável. Claro que a questão de, eventualmente, no meio do ano, haver... Eu confesso, vereadora, que, sim, quando a senhora falou sobre não dar continuidade à tratativa, não é verídica essa sua afirmação, eu lhe garanto isso. Nós temos todo cuidado, inclusive, por vezes, entramos em contato com entidades quando a gente percebe que o Judiciário encaminha para escolas que, porventura, não sejam as mais adequadas; ou já tivemos encaminhamentos para escolas com o mesmo nome, com endereços diferenciados. E nós, na PGM, prezamos muito, sim, pela questão da criança, pela questão da humanidade, mas decisão judicial é decisão judicial. Assim como vocês recebem ordens, nós, quando recebemos ordens, encaminhamos. Com relação a essa questão pontual, se há uma vaga que surge na escola pública, nós temos a obrigação de fazer o encaminhamento, porque é custo, é dinheiro público, não é uma deliberalidade nossa. Então só para esclarecer. Acho que isso, com relação a esse procedimento, a priorização tem que ser a vaga pública, por mais que nós... Até na própria fala da Carina, a questão de custo, de não custo. Credenciamento é um ato voluntário da escola; se ela aderiu àquele valor, ela sabe que é aquele valor. A questão do reajuste, sim, acho que tem que ser vista em decreto. Nós teríamos que verificar qual é a situação pontual; mas quando a gente... Até me estranha um pouco, porque aqui é a Comissão de Economia e Finanças, então a gente veio pensando assim “valor de judicialização ou não”, mas a gente está debatendo, na verdade, educação. Eu fiz parte desta Casa por dez anos, eu estranhei até o viés, mas, enfim, acabei vindo para tentar entender o contexto geral; mas quando a gente fala em valores públicos, a gente, como Procuradoria, não tem deliberalidade para dizer. Eu gostaria muito de poder dar às famílias essa opção. Eu quero escolher pagar o melhor orçamento, mas eu não tenho, eu tenho que priorizar a

escola pública, senão eu nem sustento a escola pública, porque as famílias vão optar pelas escolas privadas, num conceito generalizado. E a decisão judicial fala...

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Sim, mas quem está estimulando a decisão judicial, quem está mandando os orçamentos é a própria secretaria e a própria PGM.

SRA. JULIANA BENTO CUCCHIARELLI: Mas é que a lei determina assim, vereadora, para nós.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Mas quando a família, algumas vezes, não manda, está vindo...

SRA. JULIANA BENTO CUCCHIARELLI: Mas é que o juiz não vai aceitar escola privada se não houver a seleção. Não somos nós, é a família.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Exato, mas depois quem manda as escolas do raio é a própria PGM, algumas vezes, ou o município de Porto Alegre.

SRA. JULIANA BENTO CUCCHIARELLI: É a família que busca essas informações.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): E onde está o cadastro e o credenciamento das escolas? Quem é que verifica se a escola está cumprindo todas as exigências? A família poderia mandar um orçamento no Cuida-se? Pode, pode mandar um orçamento no Cuida-se.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. JAQUELINE SANTOS PICETTI: Bom dia, eu trabalho na equipe de vagas já há quase cinco anos, no processo, justamente trabalhando muito mais junto ao processo de compra de vagas. Assim como a colega quis trazer a questão histórica, eu acho que também é importante a gente trazer isso. Inicialmente, a gente sabe, antes de cinco anos, que a compra era feita em toda e qualquer escola da cidade que se denominasse escola. E, muitas vezes, nós tínhamos o Cuida-se. Bom, há quase cinco anos, foi colocado, então, junto com o Poder Judiciário, através da PGM, que nós, sim, com preocupação com a criança, com o nosso compromisso com a criança, porque as pessoas que estão à frente desse trabalho são todas educadoras infantis. Eu tenho um histórico de mais de 30 anos na educação, sou doutora em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, então, não é olhado apenas o número pelo número, mas é a criança enquanto criança, e a educação com qualidade no nosso Município. Essas são as pessoas que estão à frente desses processos hoje. Bom, dentro disso, então, foi conquistado, junto ao Poder Judiciário, que nós efetuássemos a compra de vagas apenas em escolas cadastradas no Município. Eu acho que aqui a gente também tem uma confusão na questão da nomenclatura, porque nós temos duas questões: nós temos a questão da legalização desse espaço, que é quando, em um primeiro momento, eu, Jaqueline, decido abrir uma escola de educação infantil, vou procurar a Secretaria de Educação e eu vou realizar o cadastro da minha escola, e aí eu já vou ter exigências, exigências quanto aos profissionais, exigências quanto ao espaço, exigências quanto à localização, exigências mínimas quanto às questões de educação e cuidados dessa criança, porque educação infantil a gente tem que lembrar: é cuidado e educação indissociáveis. Então, eu, Jaqueline, fui lá e abri a minha escola. Segundo passo qual é? O credenciamento da minha escola junto ao Conselho Municipal de Educação, que é o próximo passo, em que eu vou ter que apresentar os demais documentos, como as colegas colocaram, o projeto político-pedagógico desta minha escola, bem como o regimento da minha escola. Mas, quando eu penso na minha escola como cadastrada, ela minimamente já atende os requisitos de educação e cuidados mínimos que essa infância necessita. Então,

conquistamos, eu digo conquistamos, porque foi um trabalho – eu sei, mesmo anterior à minha chegada –, da PGM, junto com a Secretaria de Educação, de colocar ao Poder Judiciário que nós não compraríamos vagas, não pagaríamos mais em qualquer espaço. Então, todas as escolas que hoje... E hoje, se me permite dizer, nós temos 2.159 vagas compradas; dessas vagas, todas em escolas minimamente cadastradas. Bom, junto a isso, o que que acontece: eu acho que, como as doutoras disseram e com muito mais conhecimento do que eu, a gente cumpre... Não é uma coisa assim, a SMED decidiu, a PGM decidiu, não somos nós que decidimos. Me corrija, por favor, doutora, se eu estiver errada, mas nós recebemos lá um mandado judicial, uma decisão, em que aquela família, não conseguindo uma escola pública, recorreu ao Poder Judiciário, ou hoje a Defensoria Pública – com a qual nós temos um acordo – e lá ela apresentou, da sua livre escolha, o orçamento de três escolas. Mas ela escolheu. Então, eu, Jaqueline, posso, como mãe, escolher, por exemplo, a escola da colega, da Carina, que fica até mais longe da minha casa, porque, quando eu escolho, eu estou assumindo que eu vou arcar com o transporte e, se a escola tiver material escolar, com o uniforme. Como eu busquei isso, eu vou arcar com isso. O Município vai arcar com a matrícula e a mensalidade. Então, toda e qualquer escola que é apresentada é apresentada pela família. Então, todas essas decisões, seja pelo Poder Judiciário, seja pela Defensoria... Hoje, qual é o nosso diferencial? Acho que as escolas não vão me deixar... Eu acho que eu não estou enganada, estou sem aqui as datas. A outra questão é o credenciamento – eu acho que a palavra confunde – que são essas vagas pré-compradas, como a Carina disse que hoje ela tem 20, também são chamadas de credenciadas. Eu acho que isso acaba nos confundindo um pouco, porque vocês vejam lá no processo que eu falei de legalização de uma escola. Então, essas vagas pré-compradas hoje são priorizadas, principalmente pela Defensoria Pública. Foram todas elas oferecidas, porque havia o acordo. Isso tem sido um trabalho bastante intenso até nosso junto com a Defensoria. Na semana passada, nós tivemos uma reunião com a Defensoria, fazendo o levantamento junto com eles, assim: que crianças que eles têm no atendimento

e que a gente pode, mesmo que a família tenha apresentado algum orçamento, direcionar para as vagas pré-compradas. Então, esse tem sido o trabalho. É claro que, infelizmente, a gente não tem todas as crianças ao mesmo, elas vão chegando aos poucos, e conforme elas vão chegando, esses pedidos vão chegando – até porque também a Defensoria tem um limite de capacidade de atendimento –, as crianças vão sendo encaminhadas para as escolas. Se eu não me engano, o processo de algumas escolas efetivamente se concretizou, a grande maioria, final de julho, início de agosto, porque também não tínhamos... A gente até sabe que algumas escolas já tinham sido selecionadas e já estavam no processo de credenciamento, mas efetivamente, começar a fazer a compra, a gente só podia a partir realmente da efetivação e do contrato assinado com a Prefeitura. Em relação à mudança de escola, eu acho que, como a colega disse, são “n” motivos – eu acho que uma de vocês colocou – que não são motivos criados pela SMED. Ontem mesmo, por exemplo, eu além de trabalhar com as vagas judiciais, eu trabalho também no atendimento ao público das mães que vão buscar. Ontem mesmo eu tive, por exemplo, duas mães que foram lá porque elas se mudaram, assim como acontece na rede pública, na educação infantil, no ensino fundamental, porque também eu acompanho o ensino fundamental, a mesma coisa acontece na vaga nas vagas das escolas privadas: as famílias se mudam e eles querem uma transferência, uma transferência que vai acontecer como o quê? Num primeiro lugar a gente tenta a vaga pública, não conseguindo, elas vão entrar lá, vão procurar seja o seu advogado, seja o seu defensor, e vão mudar para outra escola particular. Então assim, os motivos realmente são diferentes, cada caso é um caso, e de janeiro a julho, que foi o período mais ou menos que ficou nessa transição, que poderíamos ainda ofertar vagas públicas... Vocês vejam, eu disse para vocês que nós temos 2.159 vagas, e dessas 2.159 vagas de janeiro a julho, transferido para a escola pública foram 39 crianças. Eu estou falando em números, sei que são vidas, mas ao mesmo tempo, quando eu acredito como educadora, como gestor, trabalhando na gestão de uma cidade eu também às vezes preciso olhar os números, e dessas 39 eu sinceramente não sei dizer pra vocês quem foi também por opção da família, porque muitas

famílias são chamadas, elas estão na lista de espera, elas têm o direito, sim, de continuar na lista de espera, porque o direito delas é a vaga pública, então elas seguem naquela lista, e se ali elas são chamadas elas têm o direito, sim, de escolher e dizer: “Estou indo para a escola pública”. Ok, a gente informa a escola privada. Então eu acho que tudo isso são questões importantes de a gente poder conhecer e analisar.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Eu só tenho mais uma pergunta nesse sentido, porque o que a gente ouve, e depois eu passo para a Marcela, é que muitas vezes chega um e-mail dizendo que no próximo mês não vai ser mais paga a mensalidade da escola e que a criança já está matriculada em outra escola privada.

SRA. JAQUELINE SANTOS PICETTI: Isso pode ser justamente... A grande maioria, quando é escola privada, vereadora, é porque a família se mudou.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): A família continua no mesmo local. Muitas vezes as escolas privadas aqui dão bolsa, ou tem que arcar com este custo para não ter a quebra de vínculo, e a família chora, e muitos vão no meu gabinete chorar e reclamar...

SRA. JAQUELINE SANTOS PICETTI: Aí a gente teria que olhar caso a caso, porque eu acho que, como as doutoras falaram... Eu acho que deve ser assim... Sinceramente, eu digo pra vocês, eu acabo não cuido dos 2.159 justamente por já estar há cinco anos à frente, eu faço muito trabalho junto com as meninas que também estão mais ou menos o mesmo tempo, então assim, disso daí eu acho que nesse número de crianças, quantas será que são, e o que será que aconteceu? A gente não tem o poder, nós não temos o poder, e aí peço também que as doutoras me corrijam, mas como Prefeitura, de determinar questões. Existiu um caso de uma criança, vou lhe dizer, que chegou para nós: “Essa criança precisa de uma vaga de meio turno” Isso estava escrito na decisão

judicial. Não tendo a vaga pública, você vai comprar, eu vou inventar um nome tá, na Margarida Florida. Porém, se a mãe necessitar mudar para turno integral, ela vai ter que ser transferida para o Passarinho Dourado. Então isso já foi decidido pelo juiz, isso a família já tinha ciência, isso não somos nós que decidimos, nós não temos esse poder. Nós administramos o que nos é colocado pelo Poder Judiciário, então teria que olhar, e a gente até conseguir assim analisar, como eu digo assim, são vidas, são crianças, a gente precisa ter um cuidado, mas, ao mesmo tempo, a gente precisa olhar para o todo e olhar para os números, porque muitas vezes, vem uma questão, vem outra, parece que é todo mundo, e a grande maioria não é. E olhar para a situação de vida das pessoas também. Eu trabalho há 25 anos dentro da Prefeitura de Porto Alegre, já fui diretora de escola, e vou dizer pra vocês, as pessoas se mudam muito, elas trocam muito de endereço, e isso acarreta, lá na escola pública, como também acarreta aqui nas compras privadas.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Vou passar a palavra para a Marcela, e depois a gente vai passar para os vereadores também que têm colocações.

SRA. MARCELLA HELENA BORTOLON DE SOUZA: Bom dia, me chamo Marcela, sou diretora de escola privada; eu quero fazer alguns adendos em relação à fala da Jaqueline. A questão dos processos iniciais, Jaqueline, quando a família entra com um processo, inicialmente são orçamentos que a família escolhe, até porque tem que ser respeitado um raio de dois quilômetros da residência da família. Quando esse processo chega no juiz, com base em processos anteriores que o juiz tem acesso, ele inclui, ele sugere outras escolas que estão dentro do raio de dois quilômetros, que tenha o custo mais baixo. Inclusive há umas duas semanas atrás eu estive em reunião lá no Ministério Público com a doutora, eu encaminhei, por *e-mail*, pra eles todo um dossiê, digamos assim, de algumas situações que estão ocorrendo atualmente, anexando petições dos processos que as famílias me entregam, onde aparecem essas sugestões dos juízes de escolas mais baratas, e a gente vai olhar essas

escolas, elas, realmente, são mais baratas, e aí cai na fala da Karina, e na fala da Mari, que são escolas mais baratas, porque ainda estão em processo de credenciamento e de regularização. Eu também já fui a escola mais barata; é o ônus, tu vais deixar, porque tu estás em processo, é uma burocracia absurda; agora, depois de 11 anos eu tive o PPCI. Estou em processo de credenciamento com tudo. Por que que eu não tenho? Porque a SMED não foi fazer a visita *in loco* ainda, porque eu estou há um ano com a vigilância sanitária para ir na minha escola, com toda a documentação entregue, e elas não foram. Agora elas foram. Eu tenho que mandar para ela algumas coisinhas, e provavelmente vai sair o alvará da vigilância, mas foram 10 meses de espera; são 12 anos de escola sem credenciamento, mas vai lá e tem tudo. Mas, enfim, então esse orçamento são as famílias, mas, no meio do processo, o juiz muda, e ele indica outras escolas mais baratas sim.

Outra coisa que você falou, a questão do pedido. A família entra com pedido integral, e o juiz dá o meio turno, manhã, colocando que se for transferido para o turno integral vai para outra escola. Mas se a família está pedindo integral, porque precisa, a mãe tem que trabalhar, por que que o processo saiu meio turno? Aí as mães desesperadas, bom, meio turno é melhor do que nada, deixo de manhã na escola, de tarde com uma rede de apoio, a criança se adapta, e aí vem a decisão judicial que a criança vai para o integral, mas ela vai então para uma outra escola mais barata. Sim, a família está ciente, mas ela pediu o processo integral. Eu tenho uma série de processos para entregar, já é de conhecimento da doutora ali, ela tem no *e-mail*, eu tenho uma pasta com as petições, processos judiciais, que o juiz está colocando todas essas informações. Então, só pra completar a tua fala, Jaqueline. Isso não é dessa forma como foi colocado aqui. Obrigada.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Só pra informar, o juiz foi convidado, a assessoria dele foi convidada, a gente não teve a presença, mas foi convidado para participar também desta reunião.

SRA. KARINA MACHADO CARDOSO: Mari, se me permite uma última colocação, já que estamos falando aqui de finanças, principalmente, porque, nós, escolas, somos uma empresa, e eu gostaria só de entender a questão do edital, e eu conheço a Jaqueline, não conhecia pessoalmente – prazer, a gente se fala muito por *e-mail* –, mas, assim, foi feito um contrato com 22 vagas, eu, como diretora, entendo que essas 22 crianças já estão esperando pela minha escola. Não. Elas não estão. Aí, da onde surgiram essas 22 crianças via edital, que é um valor mais barato do que eu cobro de mensalidade, só que tem uma lacuna, porque, a partir do momento que eu assino o contrato com a Prefeitura, disponibilizando essas 22 vagas, eu não posso negar quando a Prefeitura me encaminha. Por exemplo, me encaminharam quatro até agora. Só que eu tenho mais o restante lá. Se entrar um aluno particular e, daqui a pouco, eu não tiver mais essa vaga, a Prefeitura vai me cobrar. E isso foi dito lá pela Daniela, pelas gurias lá do setor. Então assim, essa parte financeira da questão privada também tem que ser levada em consideração, a gente tem um custo e ele não é pequeno. Se eu não posso colocar uma criança nesta vaga que está cedida para Prefeitura, então que a Prefeitura ocupe. Certo? Obrigada.

SRA. MARCELLA HELENA BORTOLON DE SOUZA: Mari, eu só vou pontuar porque eu vi, quando eu falei, que algumas pessoas ficaram surpresas. Eu vou pontuar algo que eu tenho como mostrar, eu tenho acho que até o pessoal da Mari já recebeu e a própria doutora, que é um caso bem simples de duas crianças matriculadas em maio, na minha escola, duas irmãs, uma na categoria creche, outra na pré-escola, a mãe entrou com processo, pedindo integral, o juiz deu meio turno, com essa ressalva de que se fosse então para o integral seria transferida, mas ignorou o pedido inicial da mãe de integral. A mãe, no desespero, matriculou, porque trabalha; dois meses depois, as duas crianças foram transferidas para uma escola muito próxima da minha, uma escola que funciona há um ano, está em processo de credenciamento e ela cobra o integral R\$ 960. As crianças até hoje choram, e a mãe me liga perguntando se eu sei de

alguma coisa para essas crianças voltarem. A gente está falando de outra escola privada. Isso aconteceu agora.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Bom dia a todas e todos. Eu fico ouvindo cada um, cada uma de vocês, e fico fazendo uma cena de muitas perguntas; uma delas é de que família nós estamos falando? Quando se exige, há um procedimento adotado de que se precisa de três orçamentos, e há proximidade desses equipamentos sociais, da moradia de quem está procurando. No geral, as mães que precisam de creche e educação infantil, são de bairros periféricos; mas ela vai pegar três orçamentos de escola particular... Que escola particular que existe nessa periferia? Não. Mas ela vai um pouco mais perto; e essa mulher, que está procurando vaga para pôr a sua criança, para ela poder voltar ao mercado de trabalho, tem transporte coletivo social para ela se deslocar para lá e para cá? Eu preciso perguntar de que família vocês estão falando, gente! As pessoas que têm condição de pagar... Quem está fazendo a gestão de educação infantil no Município é o Judiciário? Ele que determina se é meio turno, ou é um turno, se são três orçamentos... É o Judiciário que está mandando na gestão da... Fica a pergunta, porque, senão nós temos que chamar uma audiência pública e dar conta disso. Quem está fazendo isso? Eu, vereadora, encaminhei, secretário José Paulo, várias perguntas para a SMED, e não tive retorno até agora; eu fiz um pedido de informação, no dia 10 de agosto, e não tive retorno ainda. Nas minhas perguntas que eu faço, e eu faço as perguntas porque eu não sei a resposta, é exatamente para entender o contexto. Por exemplo, uma das minhas perguntas foi respondida aqui é sobre as vagas compradas judicialmente, são 2.159, que a Jaqueline informou, certo? Quantas vagas compradas, por ações da Defensoria Pública? Tem esse número? A Prefeitura tem? Eu gostaria de ter. Qual o montante de valores investido, secretário, pela Prefeitura, nessa compra de vagas? Que é o que nos interessa enquanto CEFOR. O que é o orçamento das creches da educação infantil? Que orçamento que tem para a pública, para as judicializadas, para a Defensoria Pública? Ou seja, pelas compras dessas vagas. Esses valores são

de qual rubrica? Eu gostaria de saber. Eu acho que nós temos um gargalo muito grande em Porto Alegre, porque esse dado, que comumente se fala, temos um déficit de mais de 6.000 vagas, nós sabemos que não são 6.000 vagas, digamos que 6.000 vagas é o que está computado de quem foi procurar, e quantas mulheres que não vão procurar, porque ouvem todo dia que não tem vaga, e elas não têm nem como chegar lá...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Exatamente. Eu tenho um mandato que é dirigido às demandas das mulheres. Recentemente o governo Lula sancionou a lei de igualdade salarial, nós vibramos, eu estava lá, nossa como nós vibramos, mas nós sabemos que isso só não dá conta para mulher voltar ao mercado de trabalho, porque muitas mulheres, ao terem os seus filhos, não conseguem voltar ao mercado de trabalho porque não têm onde deixar as crianças. Quantas crianças estão em casa sendo cuidadas por outras crianças. Quando fala rede de apoio, a rede de apoio é a vizinha, é a avó, é o irmão mais velho, essa é a rede de apoio que se tem na periferia, essa é a rede de apoio. Então vamos olhar este cenário de que cidade nós estamos falando, porque às vezes eu penso que não é de Porto Alegre que vocês estão falando. Eu estou falando de Porto Alegre que eu conheço. Esta é a realidade, tirar uma criança que está lá na privada e jogar para cá e aquela que estava lá na fila como é que ficou? Eu lembro de minha mãe dizendo que desveste um santo para vestir outro. Não deu em nada, continua o déficit, continua este gargalo. Então a minha pergunta, secretário, é: como o senhor, que recém chegou, está vendo este gargalo e que medida se pensa para atender, para enfrentar? Não vai resolver, lógico que não, este é um debate nacional, nós sabemos, quero saber em Porto Alegre, como é que nós vamos fazer para enfrentar este gargalo, com novos equipamentos? A Prefeitura pensa em novos equipamentos? A Prefeitura pensa em usar, digamos, prédios públicos que não estão sendo usados em adaptar e dar conta? Eu não estou falando aqui que investimento público concorre com

investimento privado, eu não estou falando disso, meu problema são as vagas, eu quero que as crianças estejam nas creches e na educação infantil. Então, como fazer isso? Não estamos concorrendo, nós estamos concorrendo é na busca da solução. Então que investimentos a Prefeitura pensa para atender essas demandas? Chega a pensar, então, nos prédios públicos que é uma pergunta; segundo, chega a pensar num debate sobre cooperativas educacionais, se há essa possibilidade. Enfim, vocês falam também de que as famílias se mudam, é óbvio que o debate que nós estamos fazendo está associado a esse tipo de família que eu enxergo e esse tipo de família tem um déficit habitacional. Certo, então elas não têm endereço, elas não têm endereço, ora elas estão neste ora estão naquele; ocupam aqui, ocupam ali. É dessa família que eu estou falando, essa que se muda direto. Por fim, secretário, há o debate nacional, o programa nacional do turno integral e aí, quando vocês falam meio turno e tal, eu já fico olhando, a informação que eu tenho é que Porto Alegre tem cinco escolas de turno integral. A informação que eu tenho do programa nacional é que a Prefeitura tem que pedir, informar que tem condição de ampliar para 10, para 15, enfim, pergunto: a Prefeitura já está discutindo isso, a secretaria na sua gestão já vê esta possibilidade de turno integral para a educação infantil? Sim, eu falo educação infantil porque na creche eu não consigo ver a creche de meio turno, gente, aí não dá conta, né? É isso, gente, por ora é isso. Obrigada.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Bom dia a todas e todos; presidente, Ver.^a Mari, obrigado pela palavra; cumprimento os colegas vereadores membros da CEFOR, estou aqui como membro da Comissão de Educação; cumprimento do secretário, representantes do sindicato, do Ministério Público, da Procuradoria. Eu faço um agradecimento aqui, em especial, aos servidores públicos de Porto Alegre que estão nos espaços tentando acolher as demandas da cidadania, acho que é importante a gente frisar isso, eu acho que, às vezes, a gente acha que existe má vontade, na verdade a gente sabe que existem regras, leis e procedimentos que são observados porque as pessoas, enfim, têm também uma

responsabilidade coletiva. Eu acho que o pleito é importantíssimo, eu acho que vários esforços podem ser feitos na cidade para acolher as crianças que não têm acesso à educação. Nós estamos falando de muitas vagas que faltam, eu, quando falo, não falo da demanda que aparece, da pessoa que procura, eu falo da população que existe. Estão falando de mais de 20 mil crianças, esta é a realidade da educação infantil. Nós temos que criar mais de 20 mil vagas nesta cidade, nós temos que ter um programa, porque não cria da noite para o dia. Tu vais construir uma escola, no mínimo, é um ano até achar um terreno, organizar e começar, então, dois anos, para construir uma escola. Eu, particularmente, votei a favor da compra de vagas, porém, é uma medida paliativa. Por quê? Porque é muito difícil para a Secretaria de Educação organizar debates com várias empresas diferentes. Eu acho que isso é problemático, isso é difícil de fazer a gestão. Eu acho que, na Constituição, está colocado que o Estado tem que dar conta disso. Se o Estado tem que dar conta disso, ele não pode terceirizar toda hora. O que a gente vê na terceirização é jogar a responsabilidade para outras pessoas. Aí, o Estado diz assim: “Ah, deu um problema lá na escola, simplesmente, fecha a escola.” Eu já vi várias escolas serem fechadas nesta capital, em vários governos. Simplesmente, fecha. Como assim? Ah, claro, não tem responsabilidade, lava as mãos. Acho que o Estado não pode fazer isso. O Estado tem que começar a se responsabilizar e fazer gestão ou, então, as pessoas que decidirem concorrer não concorram a prefeito, se não quiserem assumir as pastas que existem, os orçamentos que existem para fazer concurso público, fazer escola. Olha, sinceramente, secretário, eu me envergonho deste ponto do governo Melo de não fazer escolas novas, de não pedir para o Estado do Rio Grande do Sul os prédios que ele está fechando. Tem a escola Rio Grande do Sul que foi fechada e virou um depósito no centro, que tem uma demanda reprimida de um monte de vagas. Poderia ser uma escola gerida pela gestão municipal. Eu fico escandalizado que a gente consegue ampliar, não chega a 50 vagas a educação pública. Então, eu não estou falando aqui contra o privado, eu acho que vocês estão se oferecendo para dar conta. Olha, vocês sozinhos não vão dar conta, vinte mil vagas, não tem... Vocês vão

construir mais prédios. Então, eu acho que o governo precisa tomar uma decisão. Ele quer garantir o direito à educação infantil, então, vamos, pelo menos, pegar essas crianças de quatro e cinco anos e colocar todas dentro de escola, vamos construir isso. Eu acho que dinheiro tem, porque a gente sabe que, nos dois anos de pandemia, ficou um dinheiro reprimido da SMED, não foi investido, e tem este ano e o ano que vem para investir, inclusive, o prefeito Melo foi a Brasília várias vezes para aprovar essa emenda constitucional. Então, o dinheiro está ali para criar muitas vagas, muitas, só que isso precisa ser dado *start*. O que eu não vejo aqui e não cobro do senhor, secretário, eu não vejo o prefeito Melo com essa postura, não vejo ele falar, eu não vejo. Reunião por reunião e compromisso, sinceramente, Ver.^a Mari, é uma vergonha vocês terem feito uma reunião em dezembro e, até agora, as coisas não terem sido implementadas. Isso é vergonhoso! Isso não é compromisso de um homem público. Isso não é compromisso. Isso é descompromisso com a coisa real, que é o problema da educação. A educação é o futuro, gente. Então, assim, nós estamos numa comissão de finanças, tem dinheiro, porque o dinheiro público é escolha. O prefeito escolheu dar isenção de R\$ 71 milhões de IPTU para a Fraport, uma empresa que opera o aeroporto. Ele mandou o projeto de lei aqui para a Câmara, pediu para todos os vereadores da base votarem e votou, abriu mão de R\$ 71 milhões. Claro, daí não consegue dar o reajuste de 2022, porque faz outras escolhas políticas. O problema é a escolha política. Quero dar outro debate aqui: Vocês convocam o reajuste de um ano. Os municipais estão com 25% de perda salarial, todas as professoras, monitoras, servidores de escola recebem, hoje, 25% a menos do que recebiam há cinco anos, e isso não foi reajustado, a inflação correu. Então, não são só vocês, tem outra escolha política acontecendo na cidade. E o Parque Harmonia foi vendido, a concessão por R\$ 201 mil, e eles alugaram um domingo por R\$ 60 mil, só num domingo. Então, eles estão lucrando horrores. Por que não fizeram uma lei decente no governo Marchezan, que parte dos recursos arrecadados pelo parque fosse para a educação? Poderia ir direto para as escolas privadas, como o... (Ininteligível.). Então, eu acho, assim, não estão priorizando a educação. O debate do dinheiro

público não está sendo sério nesta cidade. Por isso que eu saúdo a comissão por trazer esse debate. Eu quero mais vagas! Se vai ser neste momento com as escolas privadas, que bom, que a criança vai estar na escola, mas, claro, eu busco sempre que seja na pública para o debate do projeto pedagógico, a discussão como um todo. Então, sinceramente, eu queria fazer uma solicitação, secretário, e encerro a minha participação, que vocês abram mais vagas, entreguem mais vagas, que possam sentar com essas escolas para discutir esse reajuste, que eu acho que também tem que ser discutido, e as conveniadas, com algumas eu já conversei, elas têm espaço para construir mais salas, e na rede conveniada são mais de 200 escolas. É uma rede importantíssima, presta um serviço. Então nós temos três níveis importantes, agora, por exemplo, na Escola Anísio Teixeira, que é uma escola de ensino fundamental, a diretora, no ano passado, me falou que queria construir duas salas de aula, ela pode, por exemplo, abrir duas turmas. Então eu acho que tem que olhar isso, ver as escolas que têm espaço e ir construindo, ampliando, amplia numa conveniada, amplia na privada, compra vagas. O que não dá para fazer é ver essa demanda toda, ver o Plano Municipal de Educação, o Plano Nacional e não agir. Então, não estou lhe cobrando, eu estou cobrando do governo, eu vi que o senhor tem tomado algumas medidas interessantes, que eu saúdo. Por isso eu faço aqui o pedido, inclusive quero lembrar que, em 2021, eu fiz um pedido à secretária Janaina, reiterei a secretária Sônia, em 2022, das obras nas escolas, e até hoje nada aconteceu. Então fiz esse pedido ao senhor também. Mas a coisa tem que ser feita no debate coletivo. Eu acho que esta Comissão é o espaço, vocês serão acolhidas também na Comissão de Educação, se procurarem, para que a gente possa debater como botar a criança na escola. E, por último, só para encerrar, escola de um turno só para mim é um absurdo, é uma excrescência que existe no Brasil, seja de fundamental ou educação infantil. Lugar de criança é o dia inteiro na escola. Só o Brasil que quer mandar um turno só a criança para a escola. E depois fica aonde? Na calçada, na rua? Não tem nem pracinha. Vai na Restinga, eu dei aula na Restinga por 10 anos, gente, não tem pracinhas na Restinga, é na calçada, na esquina. Então tem que ter escola de tempo integral,

na Restinga tinham que ser todas as escolas de tempo integral. Então esse é o pedido que eu faço, escola o dia inteiro para as crianças. Nós temos que arranjar recurso, seja onde for, se vai ser no privado, no público, no primeiro momento, nós temos que juntar forças. Nós não podemos é ter criança fora da escola. Vai de manhã para a escola e de tarde está na rua, ou fica a manhã inteira na rua e de tarde só vai para a escola, porque não tem espaço, não tem sala de aula. Meu Deus, a gente sabe que tem professor, olha os concursos, tem bastante profissional para ser contratado. Então parabéns pela pauta, parabéns a todos que estão aqui, eu acho que tem um ideal interessante que é a luta pela educação, cada um com uma nuance ideológica, mas acho que a gente tem o objetivo comum, que é criança dentro da escola.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): A minha saudação a todos e todas, Mari, Abigail, Jonas, todos vocês que estão conosco. O tema é de uma relevância e importância toda especial, e eu quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar todos e todas que operam a creche e a educação infantil, merecem um crédito todo especial nosso, pela importância do tema e pelo que ele representa para o futuro da nossa cidade. Falando um pouco diferente do amigo Jonas, eu tenho acompanhado aqui na Câmara a questão da evolução da nossa velha creche, a atual creche e a escola infantil e vi que Porto Alegre teve, na sua história, uma evolução interessante no que trata do ensino da nossa criança. E ouvindo a Jaqueline, eu quero cumprimentar todo o pessoal do município de Porto Alegre, que opera esse sistema. Vocês têm conhecimento, capacidade, experiência, sensibilidade nesse trato. Então cumprimentar vocês da Prefeitura e cumprimentar vocês também da nossa escola infantil e creche privada, a nossa escola do Município e também as nossas conveniadas, porque eu trabalhei por um tempo com uma numa Frente que nós tínhamos aqui na Câmara e que deu um belo resultado. Feito isso, registrando a importância desse tema, eu quero dizer que nós precisamos ser... É duro ver uma mãe chegar aqui, um pai precisando de uma escola, e não tem. A orientação que nos deram é a seguinte: manda para o Judiciário que lá eles resolvem. Fiz. Por outro lado, nós

não temos capacidade financeira, em todas as estruturas, para aumentar, de um supetão, todas as nossas vagas. Eu acredito que o caminho é exatamente o que está se dizendo ali. Primeiro, tu me falaste no processo de ampliação de estruturas públicas, é ótimo. Em segundo lugar, até já sabia, vocês têm uma bela proposta e possibilidade de ampliar as vagas, vamos dizer assim, conveniadas, compradas, adquiridas pela Prefeitura. E mais: a própria escola conveniada também tem. Nós precisamos aumentar a capacidade de acolhimento de vagas, porque está muito difícil essa quantidade de crianças fora da escola. Portanto, Mari, eu quero cumprimentar todos pela participação e dizer da importância de estar aqui, nesta manhã, conversando sobre esse tema, que é importante para Porto Alegre. Aquele abraço.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada. A Sra. Carina está com a palavra.

SRA. CARINA BECKER KÖCHE: Eu só gostaria de esclarecer uma questão de conceito que a Jaqueline trouxe, que eu acho que isso impacta muito na questão dos valores dos orçamentos. Como ela colocou, quando tu alugas uma casa, tu começa esse processo e vais na Secretaria de Educação, para fazer o cadastro. O processo de verificação, de vistoria, ele só é feito lá no final do processo, desse ciclo, para ter o credenciamento. Isso impacta – que foi o que a Marcela trouxe na questão dos valores –, tu passas muito tempo, até conseguir todos os alvarás com um valor mais em conta, porque tu não precisas estar com toda aquela documentação em dia, e é uma escola que está aberta à comunidade, para atender essa criança. Mas aí, enquanto educação, gente, é uma escola que não foi vistoriada, ela não foi vistoriada pelos bombeiros, ela não foi vistoriada ainda pela Secretaria da Saúde, que a própria Marcela falou que leva em torno de dez meses para... Eu também, já aconteceu, dez meses, um ano para conseguir os alvarás. Então, que tipo de escola é essa que tu recém alugas uma casa, tu a abres, tu botas lá uma faixa dizendo “creche, escola e tal”, e essa escola que recém está abrindo, há um ano, é comparada e aprovada pela justiça, para que

uma criança vá para essa vaga através de compra de vaga da Defensoria, e assim por diante. Eu penso que a gente tem que repensar quais são os critérios, nessa questão de judicialização, ou da Defensoria, que vão ter que ser elencados para essas vagas serem encaminhadas. Seja se a escola é credenciada, ou não; seja se ela tem toda a documentação, ou não, porque senão a gente está fazendo leilão com essas crianças, porque, com certeza, esses profissionais não estão sendo contratados como deveriam. Uma outra situação bem importante que eu queria trazer, foi colocada a questão das vagas. Assim, gente, cadastramento é quando tu vais lá e abres a escola; credenciada é quando tu tens todo o *ok*. Esse credenciamento, a gente está levando cinco, dez anos. Aí vem a questão da desburocratização que a colega trouxe. Outra questão bem importante nessa questão das compras de vagas é a questão do fato de as professoras terem que estar cumprindo a carga horária de oito horas, porque isso impacta horrores no valor da mensalidade. Aí eu pergunto: como é que a gente vai fazer essa mágica, para poder contemplar essas crianças que estão na fila de espera, ou não estão na fila de espera? O que eu vejo é um gargalo muito grande, que tem seis mil, tem vinte mil vagas, a Jaqueline, ali na ponta, estou personificando, vendo quem são as famílias que poderiam estar sendo indicadas lá para a Karina Cardoso. Gente, que funil é esse que tem seis mil crianças e que a gente não consegue fechar vinte vagas? Estou pegando o exemplo dela. Será que, na Cidade Baixa, não tem vinte crianças para botar naquela escola? Assim como na minha, assim como na de outras. Esse funil, que é isso que eu trouxe para a Dra. Juliana aquele dia, por telefone, é que está a conta-gotas. Esse papel que a Câmara de Vereadores está fazendo é excelente. Só vou deixar um tema de casa e termino a minha fala. Esse processo de compra de vagas, ele vai de zero a três anos. E essas crianças que, no ano que vem, vão fazer quatro anos? Elas vão para aonde? Porque o contrato vai acabar né. Porque o contrato com a escola, pegando o exemplo da Carina, 31 de dezembro, se é uma criança de três anos, a Carina não tem mais o contrato com a Prefeitura. E essa criança está fazendo quatro anos. Essa criança volta para a rua? Justamente na época de quatro anos, que é a idade que a criança

tem mais direito, entre aspas, do que uma criança de zero a três. Então fica aqui o tema de casa para a Câmara de Vereadores, que eu imagino que deva ser feito um novo projeto de lei, se eu não estou enganada, porque assim como foi feito um de zero a três, agora a gente tem que pensar num de quatro a cinco, que é a pré-escola.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Para concluir, passo a palavra...

SRA. JULIANA BENTO CUCCHIARELLI: Obrigado, vereadora, vou ser bem objetiva até pelo adiantado da hora, mas só duas questões pontuais, que eu acho importante. Primeiro, discordando, respeitosamente, do Ver. Jonas, eu acho que, sim, tem um olhar muito sério deste governo para a questão da educação, vereador, e eu acho que talvez a demanda seja realmente infinita. Então, nós temos, na conjuntura atual, talvez três mil vagas quase, sendo mil e cem por defensoria, com vagas sendo ampliadas ano a ano junto à SMED, e talvez não seja suficiente para a demanda, é verdade, mas, assim, nunca se buscou tantas alternativas para a ampliação de vagas – eu acho que isso precisa ficar bem registrado –, talvez políticas de inclusão que nunca antes haviam sido implementadas e que estão sendo implementadas com um esforço tremendo da SMED, através também do Judiciário, mas em função... E aí já aproveito para responder à Ver.^a Biga também, com relação a... Não, não é o Judiciário que faz a gestão, e eu acho que o secretário vai poder responder mais pontualmente, só que o Judiciário atua em nome das famílias que o provocam, na medida em que ele atua, nós temos a obrigação de atuar buscando esta mediação. Então não é feita gestão pelo Judiciário, eu posso lhe afirmar isso, mas o Judiciário sim tem uma participação muito importante, e eu acho que tanto o Ministério Público como a defensoria, os tribunais, nós temos tido uma relação muito profícua com os órgãos do judiciário e com os órgãos de controle, justamente por que é uma demanda crescente. Eu acho que há uma sensibilidade desses órgãos para entender o momento, para entender o momento de demanda, e a gente tem tentado, por óbvio, buscar alternativas, porque o mundo ideal, com absoluta

certeza, Ver. Jonas, seria todas as crianças na escola, mas esse mundo não existe há 30, há 20, nem há 10 anos e nem hoje. A gente está...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. JULIANA BENTO CUCCHIARELLI: Oi... Desculpa, ah, tá, é que eu estava terminando o meu... Então, assim, a realidade da educação em Porto alegre não é diferente do resto do Brasil de hoje e de ontem, mas é claro que a gente tem que buscar alternativas. Eu acho que é para isso que a gente está construindo, juridicamente falando, e agora com relação à gestão, acho que a gente pode, inclusive já tinha conversado, não é, Carina, para sentar, pra conversar, para ver onde estão esses gargalos, e essas questões pontuais que porventura venham a trazer alguma situação delicada para as famílias, em que pese a lei, nós sim temos a sensibilidade de recebe-los e entender o que que está acontecendo. Então, quando tiver esses casos, até quando fala de direcionamento de escolas, realmente me saltou aos olhos essa colocação, acho que tem que ser visto o que que acontece, mas isso, como eu disse, a gente não tem como interferir na atuação do Judiciário em algumas situações, mas a gente tem buscado aí alternativas que sejam benéficas, e a família e a criança sempre em primeiro lugar.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Secretário, para concluir.

SR. JOSÉ PAULO DA ROSA: Eu agradeço a o convite e a possibilidade de estar aqui, eu fui convidado para essa comissão para falar sobre essas vagas judicializadas nas escolas de educação infantil privadas. Acabei sendo demandado em uma série de questões que a gente pode, em outro momento, aqui, responder. Eu trabalhei, a minha vida inteira, com educação na iniciativa privada, e, por cerca de 20 anos, foi meu conselheiro o marido da Biga, o Guiomar Vidor. Agora eu te peço, Biga, para que tu sejas minha conselheira nessa posição aqui. Mas trabalhei sempre na iniciativa privada, e é uma

experiência nova agora na área pública e como secretário de educação de Porto Alegre, e eu tenho convicção de que a gente vai se acertar, até por essa minha relação com Sindeedin, com todas as entidades que representam também a educação infantil aqui na cidade. Eu estou já trabalhando com o fórum que representa todas as conveniadas parceirizadas, e estamos ali trabalhando também as questões aí que têm a ver com as relações da Prefeitura com as conveniadas. Estou trabalhando com vocês, e estou trabalhando com as nossas escolas próprias, e eu tenho convicção de que a gente vai mudar essa realidade. A SMED passou por algumas dificuldades, eu sou o terceiro secretário desta gestão do prefeito, isso realmente impacta um pouco nesses processos. Nós tivemos a pandemia, tivemos o prédio da SMED ali na Andradas interditado, eu, quando ingressei, há dois meses, a nossa sede era na Rua Siqueira Campos, mudamos agora ali para a Rua João Manoel, em frente ao Centro Administrativo Municipal, e esse processo de mudança talvez permita um pouco dessa burocratização que vocês estejam vivenciando, mas agora eu acredito que a gente crie as condições, inclusive com uma estrutura de pessoas, para poder dar esse atendimento mais célere às demandas que vocês têm, e eu me coloco à disposição para a gente corrigir eventuais dificuldades que a gente tem e tenho convicção de que a gente vai conseguir fazer isso. Prédios públicos, eu estou negociando com Estado, já visitamos dez escolas estaduais que eventualmente a gente possa utilizar, algumas delas, com educação infantil, e já é estou em tratativas com a secretária Raquel Teixeira, estamos olhando outras escolas e vamos trabalhar prioritariamente com educação infantil – educação infantil e séries iniciais. O prazo para manifestação de interesse do governo federal quanto ao turno integral era 31 de agosto, a Prefeitura municipal fez a adesão ao programa e vamos ampliar escolas de turno integral. O prefeito Melo manifesta interesse em que a gente ocupe essas vagas, é compromisso dele e nós vamos fazer isso. Estivemos visitando a Escola RS, que tu citas, essa Escola Rio Grande do Sul aqui no Centro, e é uma dessas escolas, que hoje é um depósito, que nós talvez possamos viabilizar como escola de educação infantil, estamos trabalhando nesse sentido. Eu tenho visitado as nossas escolas e há

escolas com problemas de infraestrutura, mas há escolas muito boas – as duas situações hoje nós encontramos. Nós estamos trabalhando, finalizamos agora o edital, então são R\$ 6 milhões que nós estamos investindo em obras emergenciais e um outro edital de R\$ 80 milhões que está saindo e até o ano que vem nós vamos reformar toda a infraestrutura das nossas escolas. Na minha vida inteira eu fiz uma carreira profissional e acadêmica com doutorado em educação, com pós-doutorado em educação, estive na Coreia do Sul fazendo meu doutorado, e todas as escolas da Coreia, públicas e privadas, são de turno integral; no pós-doutorado eu estive em Singapura, e Singapura teve o primeiro lugar do mundo no PISA, em 2015, e também tem todas as escolas de turno integral, então eu concordo, vereadores, e vamos trabalhar em Porto Alegre para ampliar seja a escola inteira de tudo integral ou, pelo menos, um contraturno que dê opções para o estudante ficar 8 horas na nossa escola, que eu sei que é um grande problema social e que nós podemos ajudar a resolver. É algo que nós faremos, certamente, e isso é que me motivou a estar aqui: para resolver as dificuldades da educação infantil, para melhorar a infraestrutura das nossas escolas, para reverter esse quadro e fazer com que Porto Alegre chegue num outro nível quanto aos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica; nós temos um IDEB muito baixo, nós somos o penúltimo, às vezes último entre as capitais do Brasil e isso é inaceitável. É para isso que eu entrei como secretário e eu conto com vocês, com o apoio de vocês, eu acredito que as dificuldades que nós tivemos são possíveis de serem sanadas, podem contar comigo nesse sentido. Muito obrigado.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Só um comentário, secretário. Hoje se gasta cerca de R\$ 80 mil de aluguel no novo prédio para a SMED funcionar, então a minha solicitação é que isso não ficasse de forma permanente, que se desse conta, porque esse dinheiro vai fazer falta inclusive para vagas, deve haver uma forma de resolução: ou vão reformar o prédio antigo, ou vão para um prédio próprio, porque tem vários vazios urbanos na zona central onde a SMED pode funcionar. Eu acho é complicado pagar um aluguel *ad infinitum*, e a gente já viu

isso no governo Marchezan, que alugou três andares lá na Mauá e ficou o governo inteiro. Inclusive o governo Melo tirou, acabou com aquele aluguel e foi para outro local, então acho que a gente precisa olhar isso, gostaria, aqui na Comissão de Finanças, deixar esse relato, Mari.

SR. JOSÉ PAULO DA ROSA: Como eu disse, são temas que eu fico à disposição, outros temas, não só na comissão, mas eu quero dizer que aquele prédio vai ter quatro secretarias, não só a SMED; terá a SMED e mais outras secretarias naquele prédio.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Declaro encerrada a presente sessão, agradeço a participação de todos. Muito obrigada.
Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 12h.)

TEXTOS SEM REVISÃO